

am

# Constituinte e confusão democrática

21 JAN 1986

NEY PRADO

FOLHA DE SÃO PAULO

*"É o nosso modo de usar as palavras 'democracia' e 'governo democrático' que acarreta a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e sua definição aceita as pessoas viverão numa confusão inextricável de idéias, para vantagens dos demagogos e despotas."*  
Tocqueville

**D**emocracia e Constituinte representam a nova unanimidade nacional. Transformaram-se em palavras-símbolos, enfim num ideal que incorpora e significa tudo aquilo que o brasileiro almeja de melhor para si e seu país.

Hoje, adeptos das mais variadas correntes políticas e ideológicas se dizem casados —de intenção ou de fato— com a democracia e a Constituinte.

A impressão que se tem é que, pela primeira vez na história política do Brasil, não existe ninguém, a rigor, que possa ser rotulado de antidemocrático ou contrário à convocação de uma Constituinte.

Todavia, um observador mais realista facilmente perceberá que essa unanimidade de pensamento é momentânea e aparente. Isso porque, após o generalizado desejo de mudança de regime e a necessidade de um novo ordenamento constitucional, o problema que se coloca agora não é mais o de desejar a democracia, mas sim o de defini-la. Em outras palavras: todos somos a favor da democracia, mas qual democracia?

Na medida em que tentamos dar resposta a esta indagação, os conceitos se multiplicam, as idéias se contrapõem, o antagonismo ideológico se manifesta, as pessoas, grupos e partidos vão se tornando perfeitamente identificáveis e, como decorrencia, a unanimidade desaparece.

Este fenômeno ocorre porque, não obstante todos se digam democratas, não se chegou ainda a um acordo a respeito do que venha a ser democracia.

Assim, os comunistas se dizem democratas. Mas para eles, por definição, só é democrático o país que tenha governo comunista. Outras concepções totalitárias ou autocráticas espousam o mesmo entendimento.

Mas mesmo entre os democratas persiste a confusão. Não somente indivíduos e grupos a interpretam de maneira divergente, mas, comumente, o termo é usado por eles ora num sentido e depois em outro.

Para se ter uma noção do nível de controvérsias que a busca do seu significado tem ensejado, basta mencionar a existência de mais de duzentas definições de democracia. Desse rol, algumas são tão vagas que se tornam inúteis, e outras tão específicas que se tornam incompletas.

Nos países onde a democracia já se consolidou, por força de uma longa tradição histórico-cultural, os efeitos danosos dessa confusão conceitual não chegam a afetar e comprometer a boa operacionalidade e estabilidade do regime.

Isso porque, ainda que no plano teórico persistam as discussões a respeito do significado da democracia, na prática, a expressiva maioria dos cidadãos desses países não participa deste tipo de especulação e debate. Para o cidadão comum, o conhecimento da democracia advém da diuturna e permanente vivência democrática e não de estudos eruditos e elocubrações teóricas de especialistas no assunto. Como a democracia já foi conquistada e vem sendo exercida com êxito, há muito tempo, não há por que se preocupar com discussões acadêmicas a respeito da essência do regime. Basta concentrar-se nos aspectos adjetivos e procedimentais.

Ademais, como os fundamentos emergiram de um consenso livre, aceito espontaneamente desde quando a democracia se institucionalizou, nos países maduramente democráticos as divergências e os conflitos não se dão em torno da natureza do modelo ou sobre a validade do regime. Por que a democracia é consensualmente aceita, ninguém a contesta. Quando muito, as críticas são endereçadas às políticas governamentais. Nunca ao regime. Daí porque os indivíduos ou grupos radicais que venham, eventualmente, a

contestar o regime, não chegam, pelo seu reduzido número e falta de legitimidade popular, a ameaçar a estabilidade da sociedade e a segurança do Estado.

Todavia, num país como o Brasil, ora marcado pelo populismo, ora pelo autoritarismo, sem tradição efetiva de prática democrática; com acentuado nível de analfabetismo; com deficientes processos de politização e inadequados instrumentos de comunicação política; com uma elite fortemente influenciada por teorias e ideologias alienígenas, a confusão democrática assume características especiais e pode eventualmente afetar, e até mesmo comprometer, o processo de institucionalização da Nova República.

Isso porque não existe na sociedade brasileira, em todos os níveis, mesmo entre os democratas sinceros, um consenso básico a respeito do tipo de modelo democrático, nas dimensões política, econômica e social, que melhor se adequem às necessidades e realidades nacionais.

Diferentemente de certos países tradicionalmente democráticos, que se preocupam mais com os aspectos adjetivos e instrumentais do regime, no nosso país as divergências com respeito ao conceito de democracia ainda se situam no plano filosófico ou ideológico. Porque a democracia para nós é mais um ideal do que realidade, temos de ser conquistados para ela. Por isso, preocupamo-nos com a sua essência. Desejamos conhecê-la em seus fundamentos. Exigimos que ela nos seja explicada cabalmente e colocada ao alcance de todas as inteligências. Respostas provisórias não nos satisfazem mais. Queremos participar do processo constituinte e fazer nossas opções de forma esclarecida e consciente.

Por isso, a busca dos fundamentos e a tentativa de explicação, a partir de agora, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, tendem a se intensificar em todos os setores e níveis da sociedade brasileira. Iremos assistir debates infundáveis entre democratas utópicos,

realistas, populistas, elitistas, liberais, socialistas, éticos, fisiológicos, legalistas, autoritários, presidencialistas, parlamentaristas, dentre outros, cada um procurando justificar e defender, com maior ou menor sinceridade e convicção, o seu modelo de democracia como o mais adequado para o Brasil.

É nesse contexto que vai desenvolver-se o debate em torno da institucionalização política da Nova República. Mas, em que pesem as dificuldades, precisamos e haveremos de superar esse desafio. O clima é propício para isso. Já existe, como ponto pacífico, o acordo de que a Constituinte como idéia, movimento e reivindicação tem como propósito conquistar a democracia. Há que se buscar, agora, um novo tipo de acordo. O referente ao conteúdo da democracia. Essa tarefa será muito facilitada desde que ampliemos, a nível nacional, o debate e a participação de todos os grupos interessados em torno da problemática democrática; que sejamos capazes de explicar a democracia ao homem comum, de forma simples e inteligível; que os especialistas no assunto não se percam em elocubrações e discussões meramente acadêmicas; que saibamos distinguir os falsos dos verdadeiros democratas; que propiciemos condições para que a idéia do pacto social e político se concretize e, por último, que a Assembleia Nacional Constituinte seja efetivamente representativa e que produza uma Constituição que seja reflexo da vontade e das necessidades reais do povo brasileiro.

Cabe, todavia, uma advertência: A Constituição, não obstante seja parte essencial da democracia, não é em si bastante para produzi-la. Daí porque, mesmo após a Constituinte, a luta deve continuar, sem desfalecimento, para a sua conquista plena.